

A história da literatura brasileira “vista de fora” - a contribuição do estrangeiro Ferdinand Wolf (1796-1866)

Carlos Augusto de Melo*

RESUMO

O texto pretende avaliar a formação das histórias literárias no Brasil. Por meio da análise da narrativa historiográfica de Ferdinand Wolf, houve a preocupação de repensar alguns dos aspectos mais relevantes da legitimação da história cultural e literária americana que, na maioria das vezes, precisou do forte condicionante “olhar estrangeiro”. E, nesse aspecto, propõe-se sumariamente trabalhar o “instinto de civilização”, pertencente à revelada “idéia de nação” do romantismo, e que transparece nos discursos de intelectuais brasileiros.

Palavras-chave: História literária. Instinto de civilização. Ferdinand Wolf. *O Brasil Literário* (1863).

(...) a literatura brasileira pode pretender a justo título o direito de ser encarada como verdadeiramente nacional; nesta qualidade, tem o seu lugar marcado no conjunto das literaturas do mundo civilizado.

Ferdinand Wolf

1

É bastante interessante pensar a história da formação do pensamento crítico e historiográfico sobre a literatura brasileira, no que diz respeito principalmente à confecção de *histórias literárias*. Basicamente, iniciamos com algumas representações que vinham de olhares intelectuais de além-mar; e, por mais estranho que se possa parecer, ainda não eram nem os da metrópole lusitana, os quais, também, primeiro seriam percebidos pelos olhares estrangeiros antes de quaisquer narrativas histórico-literárias consistentes por parte de seus próprios compatriotas. De fato, parecia inviável esperar muito dos nossos “frágeis” colonizadores que, assim como as nações neolatinas, no início do século XIX, ainda estava à espera de uma adequada história literária do país. Até então, os portugueses possuíam basicamente o ultrapassado manual bibliográfico de Barbosa Machado, a *Biblioteca lusitana* (1741-1759). Nesse sentido, no mesmo período em que os portugueses recebiam as precursoras sistematizações historiográficas dos estrangeiros, os brasileiros eram acolhidos pelas primeiras palavras críticas sobre sua produção literária. Fica claro que tal acontecimento era fruto dos vínculos estritamente coloniais que o Brasil ainda possuía com a metrópole portuguesa; ao se preocuparem em traçar a história da literatura portuguesa, que era de interesse maior, uma vez que se tratava de uma “nação”, os estrangeiros visualizavam os autores e as manifestações literárias da colônia, como sendo inseparáveis da mesma. Falo em específico dos estrangeiros¹ Bouterwek, Simonde Sismondi e Ferdinand Denis, com suas respectivas obras: *Geschichte der Portugiesischen*

* Professor da Universidade Paulista em Campinas

Poesie und Beredsamkeit (1805); *De la littérature du Midi de l'Europe* (1813); *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil* (1826); este último se diferenciaria um pouco dos demais pelo seu programa de incentivo emancipatório da literatura do “Novo Mundo”. É claro que se torna inviável não nos remeter ao ensaio de Almeida Garrett em seu *Parnaso Lusitano Parnaso lusitano* ou *poesias seletas dos autores portugueses antigos e modernos*, de 1826, que também marca “a geração romântica, vindo a desempenhar um papel singular na configuração da literatura do Brasil” (MOREIRA, 1989).

Esses estrangeiros perceberam com entusiasmo que, na (ex) colônia portuguesa, havia uma produção literária significativa que deveria ser contemplada e difundida. E, por conta disso, deixaram os primeiros registros críticos a respeito de nossos escritores e obras, cujas idéias, principalmente as de Ferdinand Denis e Almeida Garrett, direcionaram com eficácia o nosso fazer literário e, de alguma forma, viriam a ser retomadas e incorporadas pelo discurso da nascente crítica e historiografia literárias do país e, também, da mais contemporânea, perceptíveis, portanto, por meio das falas críticas de um Pereira da Silva, Torres Homem, Norberto, Fernandes Pinheiro e, mais adiante, Araripe Júnior, Sílvio Romero, Afrânio Coutinho, assim por diante. Destaco o nome do francês Ferdinand Denis, porque foi ele, em comparação aos outros, o estrangeiro mais preocupado diretamente com a cultura brasileira e, com certeza, suas orientações críticas vieram ao encontro dos anseios de emancipação literária dos brasileiros. Tornou-se um verdadeiro guia crítico da época, a partir de seu consistente programa literário elaborado no *Résumé*. De acordo com Antonio Candido:

A nossa crítica romântica se desenvolveu, até a *História da Literatura Brasileira*, como um repisar das premissas do *Résumé*. O grande problema era definir quais os caracteres de uma literatura brasileira, a fim de transformá-los em diretrizes para os escritores; neste sentido, foram indicados [...] alguns traços cuja soma constitui o temário central da crítica romântica [...], vendo-se que não passam, na maioria, de uma retomada das posições de Denis (CANDIDO, 1971, p. 329).

Foi o historiador Joaquim Norberto quem, por exemplo, levou a fundo o reconhecimento indianista que Denis havia suscitado para a questão da nossa nacionalidade literária e, de fato, chegou ao extremo de reconhecer a capacidade poética dos indígenas, pois, para ele, em seu *Bosquejo da história da poesia brasileira*, de 1840-41, antes “que vencidos fossem pelos conquistadores portugueses, por um punhado de heróis saídos de um cantinho da Europa, os selvagens brasileiros, [...] cujo templo eram as majestosas florestas, elevavam-se acima dos povos americanos pela sua imaginação ardente e poética. [...] e de povos rudes e bárbaros os faziam povos poetas.” (SOUZA SILVA, 1997, p. 27)

Quase quatro décadas depois da publicação do *Résumé*, o historiador francês fazia-se presente com o seu conceito de originalidade que ainda era visto com bons olhos e, com certeza, acatado, de maneira bem mais resumida e simplificada, nas instituições de ensino e, também, fora delas, por meio de uma das mais sérias e consultadas narrativas historiográficas na época, o *Curso elementar de literatura nacional* (1862), do Cônego Fernandes Pinheiro. Denis proclamou que os brasileiros tinham a “necessidade de fundar sua literatura, repito: ela deve ter caráter original”. E, nesse sentido, para avaliar a nossa independência literária, o Cônego similarmente se norteava também pela rigorosa posição crítica de que a literatura brasileira deveria ser original, com “idéias próprias”, longe de qualquer influência das matrizes européias. Dizia: “impossível é pedir originalidade a quem não tem idéias suas. Se por empregarem alguns nomes indígenas devem esses autores ser classificados na literatura brasileira, injusto fora excluir da indostânica Camões, Barros e Castanheda.” (PINHEIRO, 1978, p. 11)

Embora reconheçamos que Sílvio Romero substituiu “Denis por Taine como fanal de guia”, com “Denis”, nas palavras de Antonio Candido, “principia [...] a longa aventura dos fatores mesoló-

gicos e racial na crítica brasileira, que Sílvia Romero levou ao máximo de sistematização.” (CANDIDO, 1971, p. 323) Quanto ao interesse de Denis pelo “choque cultural do branco e do negro com o ‘bom selvagem’”, Guilhermino César verifica a retomada dessa idéia em críticos como Araripe Júnior e, um mais contemporâneo nosso, Afrânio Coutinho. Vejamos:

Araripe Júnior (1848-1911), como se sabe, adotou a teoria de Sergi sobre a “obnubilação” para explicar o processo de abasileiramento da literatura. Diz ele que, no momento em que o europeu aqui chegou, sentiu-se insensivelmente tocado pela nova terra, por hábitos, costumes e paisagens diferentes, que o chocaram de uma ou outra forma, e que nesse momento se deu um princípio de ruptura com o ambiente europeu. Afrânio Coutinho, que tanto vem encarecendo a importância dessa teoria, julga por isso mesmo que: ‘A literatura brasileira ‘formou-se’ com o barroco’ (CESAR, 1978, p. XXXIII-V).

Percebe-se, então, que o olhar de fora, o do estrangeiro, por extensão, o do “civilizado”, exerceu uma influência bastante significativa nos brasileiros românticos, já que o discurso de quem pertencia a um verdadeiro “mundo civilizado”²² teria um gabarito maior na avaliação dos nossos produtos e, portanto, serviriam para dar mais credibilidade as nossas opiniões críticas. E, nesse sentido, o nosso estudo crítico-historiográfico que ia se formando adquiria concomitantemente o caráter de adaptação das concepções críticas do estrangeiro e, assim, paradoxalmente, perdia-se em originalidade, da qual tanto se exigia a nossa produção literária. Outro fator importante é o desejo de pertencer à civilização ocidental e, por extensão, de “sentir-se civilizado”, deixando para trás o pesado fardo de povo “bárbaro”. Saber que a literatura brasileira era discutida e, por conseguinte, divulgada na Europa fazia com que sentíssemos pertencentes a ela e, de algum modo, a América seria vista como uma extensão do grande pólo cultural europeu. E, assim, a recepção, a valorização e, até mesmo, a contemplação cega dos raros discursos de críticos e historiadores do além-mar passam a fazer sentido. Nem sempre que encontrávamos alguém falando sobre uma singela colônia portuguesa ou, mais adiante, recém-nação brasileira.

Com efeito, esse “instinto de civilização” despertado no Romantismo sempre estaria em voga e teria outros fatores instigantes por trás do grande palco literário que se explicam por meio da presença integral do Estado Nacional e sua política externa, com seu interessante projeto de história nacional, como poderemos observar nas próximas páginas. Numa órbita maior, por exemplo, esse instinto também se encontra presente fortemente na formação da República brasileira: “Bastante diversa, a outra base do movimento republicano era exatamente aquele agrupamento urbano de homens movidos pela paixão por um novo Brasil, por um país em oposição à realidade agrária com a qual a elite paulista se satisfazia plenamente. Esta concepção de um novo Brasil, embora variasse segundo seus proponentes, apresentava um denominador comum: a reformulação do país conforme os modelos políticos apresentados pelos republicanos norte-americanos e franceses. Ainda mais comum eram os que propunham um modelo de desenvolvimento baseado nos mesmos mecanismos de modernização que impulsionavam a industrialização nos países do Atlântico Norte” (NEEDELL, Jeffrey D. *Op. cit.*, 1993, p. 23).

Mesmo passadas algumas décadas, depois dos precursores olhares críticos estrangeiros, e quando as manifestações críticas dos brasileiros vinham à tona e se consolidavam, verifica-se a persistência de avaliação e propagação da cultura nacional, a partir de um inquestionável olhar especializado europeu. E, com relação ao atraso de granjearmos a ansiada história oficial da literatura brasileira, de alguma forma, os europeus saíam na frente, com seu pioneirismo, confirmando, mais uma vez, o possível “atraso” crítico-historiográfico de nossos brasileiros. Foi o caso da história literária do austríaco Ferdinand Wolf.

Nascido em Viena, onde também faleceu, Ferdinand Wolf (1796-1866) foi um intelectual das letras exemplar. Doutor em Filosofia, funcionário da Biblioteca Imperial de Viena, demonstrou interesse também pelas disciplinas de filologia e, principalmente, história, sendo, nesta última, reconhecido como um grande historiador das literaturas espanhola e portuguesa, escrevendo, por exemplo, vários títulos a respeito do romanceiro castelhano e tendo o seu maior reconhecimento pela confecção da *Studien zur Geschichte der spanischen und portugiesischen Nationalliteratur*, de 1859 (a *História da literatura da Espanha e de Portugal*, traduzida por Menéndez y Pelayo por volta de 1896)³. Além disso, o austríaco fez compilação e organização de obras raras; estudou, comentou e traduziu grandes peças medievais esquecidas. Seu nome teve repercussão nas terras brasileiras, por conta de sua obra, *Le Brésil littéraire – histoire de la littérature brésilienne* (*O Brasil literário: história da literatura brasileira*), vista por muitos como a nossa primeira história literária, porque consegue, com êxito, sistematizar consistentemente o nosso passado literário.⁴

Agora, com Ferdinand Wolf, a situação configura-se um pouco diferente em comparação aos nossos estrangeiros pioneiros. Naquele momento, com, por exemplo, Bouterwek, Simonde Sismondi e mais especificamente Ferdinand Denis, temos os europeus interessados pela cultura americana de maneira espontânea, revelando a curiosidade típica dos estrangeiros ao que se referia ao exótico “Novo Mundo”, sem estabelecer, portanto, qualquer vínculo institucional com o país. Por outro lado, a presença de Wolf na nossa historiografia literária efetiva-se não só por conta desse interesse espontâneo pelas terras brasílicas, mas também de um estímulo dirigido oficialmente pelo império brasileiro, quando se constata que a sua história literária foi elaborada sob os auspícios da “Sua Majestade o Imperador do Brasil”; havia, então, as mãos imperiais interessadas em direcionar os olhares europeus as nossas plagas, afastando-se, nesse sentido, do que acredito ser o caráter espontâneo que se prefigurou nos primeiros dizeres críticos estrangeiros. Vale ressaltar que, descarta-se a possibilidade de que a acolhida pelo austríaco desse trabalho historiográfico não fizesse parte de seu gosto individual pelas literaturas neolatinas que, conforme comentamos, eram uma de suas paixões como intelectual das letras e, de fato, permitiram-no produzir vários estudos bastante relevantes para o enriquecimento da herança cultural da península ibérica.

A questão do “instinto de civilização” se faz mais do que presente nessa circunstância de produção historiográfica dirigida e, de maneira exata, permite explicitar a postura político-nacional que, através da parceria entre Estado e História Literária, a necessidade de “civilizar-se” assume; para além daquela idéia de reconhecimento meramente intelectual. Está claro, portanto, que, com a política cultural-nacionalista, o “instinto de civilização” participa de projetos progressistas da sociedade imperial, cultivados nesse momento romântico, já que, como sugere Bernardo Ricupero, após a “independência política, procura-se tornar a América latina ‘civilizada’, entendendo-se ‘civilização’ como uma nova forma de relacionar-se com o mundo, principalmente o centro capitalista.”(RICUPERO, 2004, p. XXV) Possuir o *status* de civilização é, por conseguinte, manter relações de interesse com os donos do poder que poderiam trazer grandes benefícios à formulação do jovem império brasileiro.

Torna-se relevante apontar que à constituição imaginada de uma nação⁵ não implicaria necessariamente a sua subsequente participação no “mundo civilizado”, embora para que se fosse visto como “civilizado”, necessitasse configurar-se, de fato, como nação. Esta, portanto, só era tida como “civilização” no momento em que conseguisse ser identificada como tal por parte do “mundo oficialmente civilizado”, que, como sabemos, no período romântico, era a Europa. Assim, constituídos os supostos alicerces da nação⁶, por meio do esforço intenso de organização interna do campo

político-sócio-cultural, seguem-se as incansáveis tentativas nacionais de sermos percebidos pelos olhares estrangeiros e, conseqüentemente, granjear o nosso lugar ao sol, conforme as relações de expansão capitalista; cujo patrocínio imperial de uma narrativa historiográfica sobre a produção literária brasileira, de âmbitos internacionais, como a de Ferdinand Wolf, revelou-se uma das estratégias mais interessantes de estreitar oficialmente os laços com tal poder central.

É mais do que certo de que as histórias literárias possuem por si só um caráter institucional e, com certeza, a sua existência deve-se principalmente à necessidade estatal de veículos específicos de divulgação e representação do patrimônio nacional, a partir da idéia de nação que se afirma também pela propagação da produção cultural e literária local. E, como revela Hans Robert Jauss, ao discutir o verdadeiro lugar das histórias literárias na contemporaneidade, é “por intermédio da história das obras literárias” que, no romantismo, se transmitia “a *idéia da individualidade nacional* a caminho de si mesma” (JAUSS, 1994, p. 5, grifos nossos). Embora, em primeiro plano, esse veículo pretenda ser de circulação dentro da própria nação, com a proposta de educação do espírito patriótico de seus pares, sem visíveis pretensões de alcance além-fronteiras, onde as obras do Cônego Fernandes Pinheiro e de Sotero dos Reis podem ser exemplos mais fidedignos, ao mesmo tempo, inevitavelmente, ele opera como um símbolo nacional de representação universal e, pelo seu vínculo institucional, também, de estratégia diplomática.

O estrangeiro Ferdinand Wolf não era nenhum intelectual inocente ao estabelecer relações com o Estado e confeccionar a sua história literária que, segundo Menezes, como se observou, o tornaria amplamente conhecido no país, (MENEZES, 1969, p. 1332). E, de fato, essas relações são uma via de mão-dupla, já que traziam benefícios a ambos participantes. Ao passo que o Estado lucrava com a divulgação e legitimação de seu conjunto literário no aparelho cultural, visto como “civilizado”, Ferdinand Wolf tinha em troca, sem dúvida alguma, com o aval estatal, maior oportunidade de vir a ser reconhecido intelectualmente nos espaços da elite intelectual do Ocidente. Pelo que parece em sua dedicatória a D. Pedro II, nas primeiras páginas d’*O Brasil literário*, o historiador demonstra conhecer os benefícios que os estreitos laços entre política e literatura poderiam oferecer ao Brasil, para o efetivo alcance dos prestígios diplomáticos no “mundo civilizado”. Mais do que isso, Wolf estava completamente ciente da nossa necessidade de nos afirmarmos como “civilização”, quando expõe o seu “desejo de fazer apreciar na Europa a bela literatura do Brasil” que “sob a augusta égide de Vossa Majestade não deixará de *atrair a atenção de todo o mundo civilizado*” (grifos nossos). Abaixo, observe as palavras dessa instigante dedicatória que transcrevo na íntegra para um melhor entendimento:

A sua Majestade o Imperador do Brasil

Senhor!

Dignando-se aceitar a dedicatória desta obra, Vossa Majestade não teve em vista senão o meu desejo de fazer apreciar na Europa a bela literatura do Brasil.

Uma obra que apareça sob a augusta égide de Vossa Majestade não deixará de atrair a atenção de todo o mundo civilizado.

Eu me sentiria feliz, se pudesse orgulhar-me de ter produzido uma obra digna do insigne favor que Vossa Majestade houve por bem lhe conceder. É o alvo que visaram todos os meus esforços.

*Sou, com profundo respeito,
Senhor,*

*De Vossa Majestade Imperial,
o muito humilde e muito obediente servidor*

Ferdinand Wolf

Essa questão parece ser uma das grandes preocupações trazidas pelo historiador Ferdinand Wolf. Em sua narrativa, percebe-se a retomada quase que sucessivas do termo “civilização” e de seus correspondentes, configurando-se, sem sombra de dúvida, um artefato para a discussão do processo de formação da literatura nacional que, para ele, estaria atrelado à história do desenvolvimento do país como “civilização”, numa espécie de amálgama de pura legitimação cultural. Em seu discurso, realiza uma análise comparativa explícita, tomando, para tanto, como paradigma de “civilização” a Europa, e pondo em grande destaque a nação alemã. É, sobretudo, a noção do papel civilizador europeu, no que se refere ao estabelecimento de outras “civilizações” que sobressai em sua narrativa historiográfica. Em prefácio a sua história literária, datado de 1862, Ferdinand Wolf alega que o:

Império do Brasil viu nestes últimos anos sua influência aumentar, a ponto de atrair a atenção de toda a Europa civilizada. Naturalista, etnógrafos, historiadores, homens de estado, tomaram-no por objeto de seus estudos, de que resultou um número considerável de obras importantes.

Apenas por um aspecto o Brasil continuou até agora uma terra desconhecida dos Europeus: sua literatura indígena e nacional conservou-se na obscuridade. Mal aparece entrevista em algumas obras sobre a literatura portuguesa, vindo inclusa como exíguo apêndice. [...]

O que faz com que esta literatura não tenha ainda atraído a atenção, mesmo na Alemanha, este país universal, é provavelmente o motivo de as suas fontes de estudo serem inacessíveis [...] (WOLF, 1955, p. 3).

Num outro momento, Wolf trabalha a idéia de que o processo de civilização americano assemelha-se ao da “Europa moderna” e, embora pareça aproximar igualmente o americano do europeu, tem o intuito de deixar bem estabelecido que as condições decisivas para o nosso estabelecimento como “nação civilizada” advêm da primordial presença cultural européia, bem como, por outro lado, de invalidar qualquer vínculo de civilização com a cultura bárbara americana que, por ventura, pudesse vir a ser suscitado:

A história do desenvolvimento da civilização e da literatura do Brasil e de toda a América tem uma certa analogia com a da Europa moderna. Nestes dois continentes, atuaram os mesmos fatores, mas em sentido inverso. Na América este desenvolvimento teve o seu ponto de partida numa civilização anterior e de povos semi-selvagens, mas foram os conquistadores que trouxeram a civilização, enquanto que os indígenas quase todos bárbaros (com exceção dos mexicanos e peruanos) só puderam utilizar-se da cultura nascente, misturando-se a seus opressores (WOLF, 1955, 16).

Ou, assim como abria o livro, em seu desfecho, retomando a proposta de “civilização”, na qual, agora, reivindica o reconhecimento das letras brasileiras pelo seu comprovado caráter nacional:

Por imperfeito que seja este ensaio, o leitor poderá tirar dele os resultados seguintes: a literatura brasileira pode pretender a justo título o direito de ser encarada como verdadeiramente nacional; nesta qualidade, tem o seu lugar marcado no conjunto das literaturas do mundo civilizado; enfim, no último período principalmente, ela desenvolveu-se em todas as direções e produziu nos principais gêneros obras dignas da atenção de todos os amigos das letras (WOLF, 1955, p. 355).

N’O *Brasil literário*, o destaque da superioridade européia em detrimento à suposta inferioridade da civilização americana autóctone é, por diversas vezes, reafirmada, uma vez que, de acordo

com opinião do austríaco, pela constante influência cultural da Europa que tivera, a “civilização americana é muito menos natural e menos original. Os próprios conquistadores, lutando sem cessar contra a natureza, as doenças e os selvagens, tiveram grande dificuldade para por sua vez, não se barbarizarem também [...]” (WOLF, 1955, p. 16) Essa visão wolfiana confirma esse ideal de “civilização” colonialista que, de fato, a grande maioria dos estrangeiros trazia consigo quando se tratava das relações com os americanos. Bernardo Ricupero vai mais a fundo e constata que, nesse caso, tal posicionamento romântico configura-se no sentido de justificativa européia relativa à “expansão das potências capitalistas.”: “Nesse sentido, também a idéia de “civilização” passa a funcionar como um quase produto de exportação, utilizado para justificar a expansão das potências capitalistas. Rudyard Kipling, por exemplo, chegará a falar em “fardo do homem branco”, sugerindo que os europeus e seus descendentes teriam quase a obrigação de levar a civilização para outros homens, que viveriam nas trevas da ignorância e da superstição” (RICUPERO, 2004, p. XXIII-IV).

De todo modo, o austríaco não era o único a valorizar o legado civilizador europeu e é mais do que provável que tenha se aproveitado de algumas das diretrizes críticas do mestre Ferdinand Denis, cujos parâmetros para visualização da cultura do “Novo Mundo” fundamentavam-se também a partir da percepção dos “benefícios da civilização” que o poder europeu trouxe aos povos americanos. E mesmo aqui os brasileiros consolidavam tal concepção estrangeira, pois tinham a consciência do poder condicionante que as nações européias tiveram na constituição de nossa nação, fazendo o grande propulsor do nacionalismo brasileiro, o poeta Gonçalves de Magalhães, afirmar que se:

compararmos o atual estado da civilização do Brasil com o das anteriores épocas, tão notável diferença encontramos, que cuidar-se-ia que entre o passado século, e o nosso tempo ao menos um século mediara. Devido a isto a causas, que ninguém hoje ignora. Com a expiração do domínio português, desenvolveram-se as idéias. Hoje o Brasil é filho da civilização francesa; e como nação é filho desta revolução famosa, que balançou todos os tronos da Europa, e repartiu com os homens a púrpura, e os cetros dos reis (MAGALHÃES apud ZILBERMAN, 1999, p. 35).

3

O austríaco Ferdinand Wolf passou três anos intensos dedicados à pesquisa da literatura brasileira para que, em 1863, conseguisse publicar a história literária do Brasil. De imediato, a história de sua publicação traria duas problemáticas significativas. Escrita na língua alemã, ela só viria a lume em francês, com a tradução de Van Muyden, de título *Le Brésil littéraire – histoire de la littérature brésilienne*; nesse ponto, há que considerar que possa gerar dúvida se os termos e idéias utilizados pelo autor realmente foram mantidos como no original. Dúvida essa que dificilmente será sanada, já que não se têm notícias da aparição de sua edição em alemão. No Brasil, essa história literária seria acolhida em francês mesmo, e também aplicada no ensino⁷, sem nenhuma tradução de imediato; só viria a ser traduzida para a língua portuguesa quando estava prestes a completar um centenário de sua primeira edição, em 1955, pelas mãos de Jamil Almansur Haddad que, com muito zelo, traduziu, prefaciou e adicionou várias notas explicativas. Poucos anos depois, em 1978, o pesquisador Guilhermino César faria uma excelente tradução da obra, mas de apenas alguns excertos.

Outro ponto que se põe é a circunstância em que se produziu o seu texto. Ferdinand Wolf afincou pesquisador das letras ibéricas, doutor em filosofia, filólogo e historiador, nunca visitou a América, como fez, por exemplo, o historiador Ferdinand Denis e alguns outros curiosos pelo “Novo Mundo”. Nesse sentido, *O Brasil literário* é fruto basicamente de leitura

dos textos literários brasileiros que recebia na Biblioteca de Viena, da qual era funcionário; e por intermédio dos amigos Ferdinand de Hochstetter, Tschudi e dos brasileiros Gonçalves de Magalhães, Porto-Alegre e Ernesto Ferreira França:

Acrescentemos a isto que eu tive a felicidade de travar conhecimento com os escritores mais distintos do Brasil. Quero falar dos srs. Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manoel de Araújo Porto-Alegre e Ernesto Ferreira França que *me forneceram material de toda a espécie e auxiliaram-me com seus conselhos*. Exprimo-lhes aqui publicamente meu reconhecimento, assim como ao sr. Tschudi que, não satisfeito de pôr à minha disposição a sua rica biblioteca, abriu-me o tesouro inesgotável de sua erudição (WOLF, 1955, p. 4-5).

Num primeiro momento, esse tipo de contato e seleção do *corpus* literário possa ser relevante tão-somente para a compreensão das relações diplomáticas entre esses espaços literários distintos e do também “instinto de civilização”, porém, com certeza, há mais do que isso. A presença desses “filtros” na apresentação da literatura brasileira a Wolf deva funcionar como interessante condicionante para a escrita da referida história literária e, por conseguinte, a construção do cânone literário nacional. De certo modo, percebe-se que *O Brasil literário* deixa de ser um escrito de mão austríaca e passar a ser de outras mais, especialmente brasileiras. E, assim, ela imbuí-se das diretrizes do nacionalismo europeu com as do americano, gerando uma história literária com um espírito nacional híbrido. Quanto ao cânone, não é à toa que Gonçalves de Magalhães e sua trupe ocupariam algumas várias páginas da obra e, em contrapartida, o nome do polêmico José de Alencar não receberia nenhuma menção!

Estou longe de desmerecer a autonomia discursiva de Ferdinand Wolf. Há apenas a necessidade de se ressaltar que essa história literária foi direcionada por outros olhares historiográficos que, de alguma forma, conduzem a uma determinada visualização de nossa vida literária. No que se refere à maneira que traça as linhas de periodização, por exemplo, fica mais do que nítida a conformidade de pensamento, quando o austríaco adere quase completamente à perspectiva de um historiador brasileiro, o Joaquim Norberto. Em introdução à obra, na qual se expõe a definição e a divisão da literatura brasileira, Ferdinand Wolf se vale explicitamente dos métodos de periodização de Joaquim Norberto, presentes naquele Bosquejo de 1841, como diretrizes para a sua própria divisão. Ao explicitar seu método, em nota, Wolf revela que:

Adotamos a divisão dada por Norberto de Sousa Silva (*Modulações Poéticas. Precedidas de um Bosquejo da História da Poesia Brasileira*, Rio de Janeiro, 1841, 8º., pp. 21-53), e dela somente nos afastamos para fundir num só – o 4º. – os seus 4º. e 5º. períodos, visto como a declaração da independência, qualquer que seja sua importância política, não nos parece que tenha tido bastante influência sobre a literatura para produzir algo mais que uma época de transição francamente perceptível (WOLF apud CÉSAR, 1978, p. 144).

Porém, há uma pequena incongruência entre essa perspectiva de periodização e a sua verdadeira aplicação n’*O Brasil literário*. Embora declare não concordar com a existência de um período literário brasileiro, do começo do século XIX a emancipação total do país em 1840, percebe-se que Ferdinand Wolf resolve contraditoriamente permanecer com a mesma periodização de Norberto no corpo de sua narrativa historiográfica. Nesse sentido, como comprovação, basta recorrer à parte introdutória que antecede o capítulo IX da obra, no qual é possível observar que Wolf registra a abertura do “Quarto Período: dos princípios do século XIX até a emancipação política e literária”, convalidando a proposta do historiador brasileiro.

A divisão completa seria a seguinte:

I período. Do descobrimento do Brasil ao fim do século XVII. Os jesuítas, principalmente, introduzem a cultura literária oriunda da Europa; os colonos portugueses e seus descendentes imitam servilmente os modelos português e espanhol.

II Período. Primeira metade do século XVIII. A cultura literária expande-se e mergulha raízes; fundam-se sociedades literárias, mas não obstante algumas veleidades de independência, ainda persiste a imitação pura e simples dos modelos portugueses.

III Período. Segunda metade do século XVIII. A cultura literária expande-se ainda mais, a par da tendência de se emancipar da influência da metrópole. – A escola de Minas Gerais é a principal representante desse movimento.

IV Período. Do começo do século XIX, e sobretudo a partir da proclamação da independência do Brasil (1822), até a desvinculação, tanto política quanto literária, da mãe-pátria e da dominação exclusiva do pseudoclassicismo, por influência dos românticos (1840). A literatura brasileira toma caráter nacional sempre mais pronunciado, em meio aos temporais políticos, e graças sobretudo à influência direta das literaturas francesa e inglesa.

V Período. De 1840 até hoje. Consolida-se a monarquia; o governo, e o imperador pessoalmente, estimulam as letras e as belas-artes. A literatura nacional propriamente dita desenvolve-se mais, graças ao predomínio da escola romântica e dos elementos brasileiros (WOLF, 1978, p. 144).

De qualquer modo, como discurso de autoridade estrangeira, Ferdinand Wolf consolidaria uma sistematização historiográfica válida do passado literário nacional que, mesmo sendo uma colagem da periodização brasileira, conseguiu modificá-la e explorar muitos dos seus aspectos literários, desconhecidos pelos seus predecessores, principalmente no que tange à literatura contemporânea a eles. N’*O Brasil literário*, a periodização segue os parâmetros da escola crítica e historiográfica romântica, a qual, segundo Antonio Candido (1971, p. 328), constituiu-se sob as mesmas idéias de afirmação nacional, quando se tenta perceber a evolução literária do país a partir do acompanhamento progressivo de sua possível emancipação literária. Nela, a literatura ainda é vista como parte da história social e política nacional e, com isso, mesclam-se períodos históricos com os representativos da vida literária. O pensamento crítico de Ferdinand Wolf guia-se pelo determinante de que: “os primeiros elementos literários foram trazidos ao Brasil pelos conquistadores portugueses. Os colonos, seus sucessores, mantendo relações com a metrópole e servindo-se de sua língua, continuaram a cultivá-las. À medida que se emancipavam da mãe-pátria, os Brasileiros de origem portuguesa as desenvolveram com uma independência cada vez maior” (WOLF apud CÉSAR, 1978, p. 142).

Nesse sentido, a análise passa a valorizar o aspecto nacionalizante das obras literárias do Brasil e serão freqüentes colocações como “germes de um desenvolvimento nativo e original”, “o sopro da liberdade deveria tomar logo mais, bem poderoso”, “capazes de purificarem o gosto nacional”, “serviu-se da forma nacional do rondó com estribilhos e redondilhas”, “acabasse por escolher um assunto nacional”, “contribuíram a dar ao nativismo nascente seu lugar merecido na poesia”, etc. Por exemplo, ao estudar a obra de José Basílio da Gama, buscaria destacar esses traços de emancipação literária, sempre tendo em vista a literatura portuguesa, e, no caso específico de alguns escritores e obras, demonstrar a sua antecipação nacional. Vejamos:

É possível que, tratando esta matéria, José Basílio tenha atendido à sua aversão pelos jesuítas e seu desejo de agradar a Pombal, mas não é menos importante observar que havia escolhido um assunto patriótico e soube encontrar em seu país os elementos de uma epopéia. Celebra, é verdade, a vitória das armas portuguesas e espanholas mas o seu maior interesse incide sobre os indígenas, pintando-lhes os caracteres e os costumes, dando-nos episódios tocantes e descrições magníficas. [...] É

certamente com toda a razão que José Basílio procurou os elementos poéticos no próprio Brasil. Conseguiu despertar o interesse por este país e suas particularidades e contribuiu razoavelmente para o livre surto do sentimento nacional (WOLF, 1955, p. 90).

No discurso de Ferdinand Wolf, detecta-se um forte encontro com o pensamento romântico herderiano, no que se refere à percepção do “gênio” do povo como parâmetros para a configuração de sua história. À valorização do passado nacional, como uma das únicas maneiras palpáveis de se reconhecer uma nação, impõe-se a busca do “gênio do povo”, com o qual se expressa a sua “individualidade” e constitui sua “história particular”. De acordo com o que disse o estudioso Elias Tomé Saliba: “De ampla utilização e com sentidos diversos, a noção de “gênio” (do povo) possuía, em alguns textos da época, pelo menos esta tônica comum, herderiana: cada época e cada povo com sua própria individualidade e sua peculiar forma de expressão, daí a necessidade de compreendê-los intrinsecamente associados à sua história particular, sem julgá-los a partir de princípios absolutos e exteriores” (SALIBA, 1991, p. 39).

Esse tipo de realização historiográfica tende a configurar o chamado cânone nacionalista e, como expõe acertadamente João Alexandre Barbosa, “é possível ver que o elenco de Wolf é, sem dúvida, mais amplo que os anteriores, embora, em muitos pontos, coincidentes com eles”⁸. Cotejando *O Brasil literário*, constata-se que Wolf foi um excelente investigador das letras e, de certo modo, soube vasculhar os textos literários brasileiros possíveis e trazê-los comentados – oferecendo também uma antologia deles – em sua obra, sempre se valendo de notas bibliográficas consultadas. E, por isso, a relevância de seu quadro canônico, tornando-se conhecidos nomes que, até então, por diversas razões, ainda não haviam sido contemplados pela historiografia literária nacional. A relação de nomes seria exaustiva aqui, deixamos-lhes apenas alguns mais representativos: Eusébio de Matos, Manoel Botelho, Manoel de Santa Maria Itaparica, Rocha Pitta, Basílio da Gama, Antonio José, Durão, Cláudio Manoel da Costa, Gonzaga, Alvarenga, Alvarenga Peixoto, Souza Caldas, José Eloy, Andrada e Silva, Bernardino Ribeiro, Monte Alverne, Gonçalves de Magalhães, Porto-Alegre, Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo, Odorico Mendes, Norberto, Teixeira e Souza, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Varnhagen, etc.

O que torna a história literária de Wolf interessante é que, além de repetir os cânones dos primórdios de nossa literatura, trabalham-se nomes da atualidade literária da época, o que, com certeza, os nossos historiadores não se preocuparam em fazer ou tiveram algum receio. Além do mais, Ferdinand Wolf se interessou pela análise de outros gêneros literários mais contemporâneos, como, por exemplo, o romance, a novela, o drama, a ópera, etc. Sobre o romance, mesmo ciente de que se trata de algo recente na história da literatura brasileira, ensaia algumas considerações de que este gênero “revestiu, desde o início de forma mais moderna; é essencialmente realista, social e subjetivo” (WOLF, 1955, p. 345) e, nesse caminho, dedica páginas e páginas ao célebre romancista Joaquim Manuel de Macedo que, desde já, se tornaria conhecido pelas suas características de ser um “pintor de costumes da sociedade moderna; as cores são vivas, a pintura dos caracteres chegam às vezes à caricatura, principalmente nas partes cômicas; a mistura enfim do gracioso com o sentimental é das mais felizes” (WOLF, 1955, p. 347).

Muito longe, iríamos ao tentar estudar essa narrativa historiográfica do austríaco Ferdinand Wolf. Outros aspectos relevantes poderiam ser levantados e discutidos, porém, aqui, apenas tentamos trazer uma breve reflexão a respeito de alguns deles e, de certo modo, despertar a atenção para alguns dos problemas teóricos e metodológicos fundamentais para a leitura da tradição historiográfica nacional. Enfim, a participação desse estrangeiro, produzindo uma

história literária, com bases sólidas, tornou-se importante para a convalidação do primeiro ciclo de histórias literárias no Brasil.

ABSTRACT

The analysis of the historiographic narrative of Ferdinand Wolf arose the need of re-thinking some of the most relevant aspects of Latin American literary and cultural history which appears to have needed the strong determining factor of the “look from abroad”. This article proposes to examine the “civilization instinct” originated in the Romantic “idea of nation” that permeates the discourse of Brazilian intellectuals.

Keywords: Literary history. Instinct of civilization. Ferdinand Wolf. *The literary Brazil* (1863).

Notas explicativas

- ¹ Há uma bibliografia vasta a respeito desses historiadores. O trabalho de Guilhermino César parece ser bastante interessante para quem quer um panorama da contribuição estrangeira à constituição da tradição historiográfica brasileira. (CÉSAR, Guilhermino. *Op. cit.*, 1978). A tese de Maria Eunice Moreira também contempla, com profundidade, os críticos estrangeiros acima citados (MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalidade e originalidade: a formação da literatura brasileira no pensamento crítico do Romantismo*. 275 f. Tese (Doutorado em Letras.) Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 1989.)
- ² É importante dizer que como “mundo civilizado” tínhamos, naquele momento, os países da elite européia, político, social e culturalmente falando, como a França, a Inglaterra e a Alemanha, mais especificamente os dois primeiros. Conforme as palavras de Jeffrey D. Needell para “os brasileiros do século XIX, a Civilização era a França e a Inglaterra. Na verdade, desde a época colonial, os brasileiros seguiam o exemplo português e procuravam nos dois países o que houvesse de melhor. Sobretudo em matéria de tecnologia moderna (apesar de haver poucos interessados), ambos tinham muito a oferecer: a Inglaterra, através do exemplo e da experiência, e a França, através da experiência e do ensino.” (NEEDEL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. (trad. Celso Nogueira) São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 49)
- ³ Na sua bibliografia, encontram-se títulos como: *Floresta de rimas modernas castelhanas* (1837); *Ueber Romanzpoesie der Spanier* (1847); *Ueber eine Sammlung spanischer Romanzen in fliegenden Blättern auf der Universitat sbibliothek zu Prag* (1850), etc.
- ⁴ cf. CESAR, Guilhermino. *Op. cit.*, 1978, p. 136 e Menezes, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro ilustrado*. São Paulo: Saraiva, v. 5. 1969, p. 1332
- ⁵ Essa perspectiva teórica de nação baseia-se particularmente nas idéias de Benedict Anderson, expostas na obra *Imagined communities. Reflections on the origin and spread of nationalism* (*Nação e consciência nacional*, tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989). Anderson define nação como sendo “uma comunidade de política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana.” (p. 14)
- ⁶ De fato, a nossa idéia romântica de nação esteve diretamente condicionada ao “instinto de civilização” que, de certo modo, se torna bastante paradoxal, uma vez que, como acertadamente constatou Bernardo Ricupero, lutávamos pela nossa especificidade de sociedade nacional, porém tentávamos, “ao fim do caminho, encontrar a civilização européia.” (RICUPERO, Bernardo. *Op. cit.*, 2004, p. XXVIII)
- ⁷ Nos programas de Ensino do Colégio Pedro II, consta como manual didático obrigatório para o ensino da história da literatura brasileira da disciplina “Literatura Nacional”, de 1879 a 1882, a citada *Histoire de la Littérature brésilienne*, por Ferdinand Wolf. (SOUZA, Roberto Acízelo. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ/ EdUFF, 1999, p. 157-229)
- ⁸ Os quadros canônicos anteriores a que o estudioso João Alexandre alude são, principalmente, aos do Cônego Fernandes Pinheiro e de Sotero dos Reis. (BARBOSA, João Alexandre. A Biblioteca Imaginária ou o cânone na história da literatura brasileira. In: _____. *A Biblioteca Imaginária*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1996, p. 27.)

Referências

BARBOSA, João Alexandre. A Biblioteca Imaginária ou o cânone na história da literatura brasileira. In: _____. *A Biblioteca Imaginária*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1996, p. 13-58.

- CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: EdUSP, 1988.
- _____. *A formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Martins, 1971.
- CÉSAR, Guilhermino. (org.) *Historiadores e críticos do Romantismo: a contribuição europeia – crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EdUSP, 1972.
- _____. Resumo da história literária do Brasil. (trad. Guilhermino César). In: DENIS, Ferdinand. (Org.) *Historiadores e críticos do Romantismo: a contribuição europeia – crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EdUSP, 1972, p. 35-82.
- FRANCHE'TTI, Paulo. História literária: um gênero em crise. Disponível em http://www.lettras.puc-rio.br/Catedra/revista/7Sem_18.html. Acesso em 27 de julho de 2007.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.
- JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.
- MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil: estudo preliminar. In: ZILBERMAN, Regina et MOREIRA, Maria Eunice. (Org.) *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUC/RS*. Porto Alegre, 5 (2), agosto de 1999, p. 27-39.
- MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro ilustrado*. São Paulo: Saraiva, v. 5, 1969.
- MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalidade e originalidade: a formação da literatura brasileira no pensamento crítico do Romantismo*. 275 f. Tese (Doutorado em Letras.) Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 1989.
- NEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. (trad. Celso Nogueira) São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- PINHEIRO, J. C. Fernandes. *Curso elementar de literatura nacional*. Rio de Janeiro: Garnier, 1862.
- _____. 3 ed.. *Curso de literatura nacional*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL/Ministério da Educação e Cultura, 1978.
- REIS, F. Sotero dos. *Curso de literatura portuguesa e brasileira*. Maranhão: Typ. de B. de Mattos, t. I, 1866.
- RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- SALIBA, Elias Tomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SOUZA SILVA, Joaquim Norberto de. *Bosquejo da história da poesia brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 1997.
- _____. Literatura Brasileira. *Revista Popular*. Rio de Janeiro: Garnier, ano IV, t.XVI, out./dez. de 1862.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ/ EdUFF, 1999.

WOLF, Ferdinand. *O Brasil literário*: história da literatura brasileira. (Trad. Jamil Almansur Haddad) São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

_____. *O Brasil literário*: história da literatura brasileira. In: CESAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do Romantismo*: a contribuição européia – crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EdUSP, 1972, p. 141-180.

